



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DES. BARTOLOMEU BUENO  
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

146  
211

5459

APELAÇÃO CÍVEL Nº 151002-5  
COMARCA: RECIFE – 14ª VARA CÍVEL  
APELANTE: YAPONIRA RIBEIRO DANTAS RABELLO  
APELADO : CONSTRUTORA LION LTDA  
RELATOR : DES. BARTOLOMEU BUENO

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL RESIDENCIAL URBANO CUMULADA COM REIVINDICAÇÃO DE POSSE – INADIMPLÊNCIA – DEMANDADO FALECIDO – CITAÇÃO DE CÔNJUGE - AUDIÊNCIA DE INVENTÁRIO – IMPOSSIBILIDADE DE CONEXÃO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE – SENTENÇA MANTIDA – APELO IMPROVIDO – DECISÃO UNÂNIME.

No caso, tanto a citação pessoal, como a publicação dos editais ocorreram regularmente, compondo a relação processual. A citação por edital, permite a ciência de qualquer interessado quanto à lide, não havendo que se falar em nulidades referentes.

Há entendimento jurisprudencial deste Tribunal a respeito da competência da Vara de Sucessões e Registros Públicos para processar e julgar os processos conexos ao inventário. Todavia, não há processo de inventário em curso, ao passo que não há como deslocar a competência para aquele foro, posto que não é possível conexão com processo de inventário inexistente.

A lide desenvolveu-se regularmente no juízo *a quo*, não havendo motivos, pois, para qualquer nulidade por incompetência porque não havia processo de inventário tramitando na Vara de Sucessões e Registros Públicos. Afastando-se assim, a competência *ratione materiae*, cabendo o regular transcurso do processo na 14ª Vara Cível.

Apelação improvida. Sentença mantida. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos da Apelação Cível nº 151002-5 em que figura como Apelante YAPONIRA RIBEIRO DANTAS RABELLO e, como Apelada CONSTRUTORA LION LTDA, ACORDAM, na TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, o seguinte: “À unanimidade de votos, negou-se provimento ao apelo, nos termos do voto da

147

turma”, tudo de acordo com os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento datado de 15/10/2009, que ficam fazendo parte integrante deste julgado, lavrando-se o acórdão na presente data.

212

Recife, 7 - 12 - 2009



Desembargador Bartolomeu Bueno

Presidente e Relator.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO**  
**TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 151002-5**  
**COMARCA: RECIFE – 14ª VARA CÍVEL**  
**APELANTE: YAPONIRA RIBEIRO DANTAS RABELLO**  
**APELADO: CONSTRUTORA LION LTDA**  
**RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO**

**RELATÓRIO**

---

Trata-se de apelação interposta pela ré YAPONIRA RIBEIRO DANTAS RABELLO (fls. 115/117) contra sentença monocrática prolatada pelo Juiz de Direito da 14ª Vara Cível da Capital (fls. 110/112) que, nos autos da *Ação Ordinária de Rescisão de Contrato Particular de Compra e Venda de Bem Imóvel Residencial Urbano cumulada com Reivindicação de Posse* (Proc. nº 001.2003.23523-6), julgou procedente o pedido contido na exordial, determinando a restituição, no prazo de 15 dias, do imóvel objeto da demanda, concedendo ainda, o direito de retenção até que lhe seja indenizado o valor das prestações pagas, deduzindo apenas o valor pela fruição fixado no contrato.

A Apelante apenas aduz a preliminar de incompetência absoluta do juízo. Afirma que seu cônjuge, contra quem foi movida a demanda, já havia falecido quando do ajuizamento da presente ação e há no Estado varas privativas de Sucessões e Registros Públicos onde deveriam ser processadas as ações de sucessão. Alega, também, que argüiu a incompetência em razão da matéria na contestação.

Pugna, ao final, pelo reconhecimento da nulidade da decisão proferida e pelo envio dos autos para a Vara Privativa de Sucessões e Registro Público da Capital.

A Apelada afirma nas contra-razões (fls. 122/127) que a finalidade do presente recurso é a procrastinação, e que o juiz “a quo”, em virtude do falecimento do demandado, deferiu a citação pessoal da viúva, bem como a citação editalícia de eventuais interessados no processo. Faz, ainda, considerações acerca do mérito da questão.

136  
n  
214

Requer, por fim, a alteração do valor da fruição e o entendimento de que são abusivas as cláusulas do contrato, bem como o deferimento do pedido de reintegração na posse do imóvel liminarmente, conforme antecipação de tutela requerida .

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 16 - 6 - 2008



**DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO**  
RELATOR



148 28

215

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO**  
**TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 151002-5**  
**COMARCA: RECIFE – 14ª VARA CÍVEL**  
**APELANTE: YAPONIRA RIBEIRO DANTAS RABELLO**  
**APELADO: CONSTRUTORA LION LTDA**  
**RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO**

**VOTO**

Tem-se contrato de promessa de compra e venda já há muito inadimplido. Foi ajuizada ação, que por distribuição aleatória, acabou por processar-se na 14ª Vara Cível da Capital. Durante o curso do processo, consta nos autos prova da morte do réu – Sr. CARLOS ALCIDER ACCIOLY RABELO (certidão fls.41 e 75). O Juízo “a quo” determinou a suspensão do processo afim de que fossem citados os herdeiros do réu (fl.45), e, diante da informação de que não se encontrou qualquer processo de inventário do falecido, deferiu citação pessoal da viúva do réu, bem como citação editalícia de todos os herdeiros e possíveis interessados.

Infere-se dos autos que, tanto a citação pessoal, como a publicação dos editais ocorreram regularmente, compondo a relação processual. A citação por edital, pois, permite a ciência de qualquer interessado quanto à lide, não havendo que se falar em nulidades referentes ao assunto.

Há entendimento jurisprudencial deste Tribunal a respeito da competência da Vara de Sucessões e Registros Públicos para processar e julgar os processos conexos ao inventário. No caso em tela, todavia, não havia processo de inventário em curso, ao passo que não havia como deslocar a competência para aquele foro, posto que não é possível conexão com processo de inventário inexistente.

149

216

O art. 108 do Código de Processo Civil prevê a proposição da ação acessória perante o juiz competente para a principal. Mas, e se não há ação principal?

A lide desenvolveu-se regularmente no juízo “a quo”, não há motivos, pois, para qualquer nulidade por incompetência porque não havia processo de inventário tramitando na Vara de Sucessões e Registros Públicos. Afasta-se assim, a competência *ratione materiae*, cabendo o regular transcurso do processo na 14ª Vara Cível.

Por analogia, colhe-se a jurisprudência:

EMENTA: “PROCESSUAL CIVIL - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - INVENTÁRIO - AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE - CONEXÃO - INEXISTÊNCIA - DECLARAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO - INTELIGÊNCIA DO ART. 108 DO CPC. Não há conexão entre Ação de Manutenção de Posse e Inventário, ainda que o imóvel objeto da lide seja bem a ser inventariado, razão pela qual o juízo competente para julgar a lide possessória não é aquele em que se processa a partilha.” (TJMG – Proc. 1.0000.06.440508-7/000(1). Dt. Julg. 01/02/2007. Rel. Dorgival Guimarães Pereira)

Não há, portanto, qualquer motivo para a remessa dos autos – relativos à Ação Ordinária de Rescisão de Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda de Bem Imóvel Residencial Urbano c/c Reivindicação de Posse – para a Vara de Sucessões e Registros Públicos, pois não existe conexão.

Quanto aos pedidos feitos pelo Apelado nas suas contra-razões, resta clara a impossibilidade de apreciação, porquanto a parte não interpôs recurso algum, limitando-se a oferecer contra-razões à Apelação da autora.

Face ao exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao presente recurso, mantendo incólume a sentença atacada.

É como voto.

Recife, 15-10-2009



**DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO**  
RELATOR



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

149

217

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (PRESIDENTE E REVISOR)

Acompanho o voto do Relator.

---

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Também acompanho o Relator.

---

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".

---

*Mick*